

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

O MR-8 (DI-RJ) enquanto alternativa de representação da classe trabalhadora (1964-1967)

Thomaz Joezer Herler¹

Resumo. Neste artigo, pretende-se abordar a formação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em 1964, inicialmente chamado Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ). Esta organização armada, originada no interior do PCB e rachando com o mesmo em 1966, formou-se em um momento de crise de representatividade da classe trabalhadora, ocorrido após 1964. Tal crise seu deu após o Golpe Civil-Militar, que esfacelou o projeto político do PCB, então hegemônico, e dos nacionalistas de esquerda (principalmente PTB). Deste modo, os quadros do MR-8 (DI-RJ) visaram desenvolver uma alternativa de luta revolucionária para a implantação de um Estado Socialista no Brasil, colocando-se como uma alternativa de representação e luta da classe trabalhadora. Para desenvolver tais problematizações, serão utilizadas como fontes a obra "Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?", bem como um documento produzido pelo grupo armado aqui enfocado. A questão da representação da classe trabalhadora será pensada a partir da categoria "partido", desenvolvido por Gramsci.

Palavras-chave: MR-8 (DI-RJ); foco guerrilheiro; partido

"Nossa opção pela luta armada não foi um ato juvenil. Acreditávamos sinceramente que não havia outra alternativa de combate a um regime que aniquilara todas as liberdades. Não havia meio legal para a luta pelo retorno à democracia. Sindicatos e grêmios estudantis foram fechados. Imprensa censurada. Todo e qualquer ato de oposição ao governo militar era considerado subversão" (PALMAR apud MULLER, 1998, p. 62). Estas palavras foram escritas por Aluizio Palmar entre 17 e 31 de dezembro de 1968 quando encontrava-se em treinamento juntamente com outros guerrilheiros do MR-8 no Parque Nacional do Iguaçu. Poderiam ter sido as palavras dos vários comunistas que, assim como ele, abandonaram a

¹ Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon, Linha de Pesquisa: Estado e Poder. Orientadora: Prof. Dr. Carla Luciana Silva. Email: thomaz_j_herler@hotmail.com

perspectiva da revolução por via pacífica, defendida pelo até então hegemônico Partido Comunista Brasileiro (PCB), e aliaram-se aos vários grupos armados que se formaram a partir da segunda metade de 1960 no Brasil, inspirados pela experiência cubana.

Apesar de terem havido inúmeras milícias comunistas e até mesmo partidos de diferentes orientações ideológicas a defender a iniciativa armada contra o Regime Civil-Militar, me deterei neste artigo a abordar a Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ). Este grupo posteriormente mudou seu nome para Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), em homenagem ao guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, morto nesta data no ano de 1967.² Tal organização, juntamente com outras surgidas no mesmo período, foi pioneira neste processo de radicalização da ação das esquerdas no Brasil, apresentando uma nova alternativa a aqueles que, devido a uma série de razões, desacreditavam da possibilidade de construir o socialismo através da via pacífica.

Após o golpe de 1964, ocorreu um processo de "crise de representatividade" da classe trabalhadora. Os partidos e organismos de base que até então atuavam como representantes da classe (PCB, PTB, CGT, etc.) perderam sua base de apoio, que era calcada na institucionalidade democrática de 1946 e no Governo João Goulart. Deste modo, as várias organizações de esquerda que surgiram neste momento pretendiam suprir esta crise desenvolvendo uma "representação de novo tipo", com propostas de encabeçar uma revolução socialista no país.

Para melhor compreender este processo, bem como a atuação do MR-8 diante desta conjuntura, é importante que sejam aqui expostas algumas das diretrizes que norteavam as ações do Partido Comunista Brasileiro, assim como a situação político-social do período anterior e posterior ao Golpe Civil-Militar.

1. PCB E A REPRESENTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O PCB é fundado em março de 1922 em Niterói, no Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução Socialista desencadeada em 1917. Devido à sua orientação ideológica, o PCB, do ato de sua fundação até o final da Ditadura Civil-Militar no Brasil, em 1985, usufruiu de

² Neste artigo, utilizarei o termo MR-8 (DI-RJ) para distinguir o MR-8 surgido da Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) daquele surgido da Dissidência da Guanabara (DI-GB). Após o MR-8 (DI-RJ) ter sido desbaratado pela repressão em 1969, a Dissidência da Guanabara, no ato do sequestro do embaixador Charles Elbrick, tomou para si o nome MR-8 como forma de contestar a propaganda do governo de que esta organização teria sido desbaratada. Por isso é importante traçar esta distinção entre DI-RJ e DI-GB.

apenas três curtos momentos de legalidade. O primeiro foi de março à junho de 1922, o segundo de janeiro à agosto de 1927 e o terceiro de 1945 à 1947, devido ao alinhamento brasileiro aos Estados Unidos na conjuntura da Guerra Fria.

Quanto ao seu projeto político, o PCB construiu

um programa de transformações tendentes a desenvolver um capitalismo nacional, visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. Para tanto, seria necessário construir uma aliança entre operários, camponeses e a burguesia nacional, em contraposição ao chamado "imperialismo" e seus aliados latifundiários. Na década de 60, o PCB propõe, cada vez mais claramente, uma estratégia de transição pacífica ao socialismo (Brasil: nunca mais, 1988, p. 91-92).

Este projeto político de desenvolvimento do capitalismo nacional baseava-se na idéia de que o país necessitava passar por uma "revolução burguesa", pois

a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semi-feudais, no campo, entravando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. (...) Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora (RIDENTI, 1993, p. 25).

Durante a década de 1960, o PCB vive seu apogeu, sendo este momento marcado pelo acirramento da luta de classes e organização dos movimentos sociais, contando com muitas adesões e influenciando a luta política e sindical. Devido às suas propostas de cunho nacional-reformistas, que objetivavam o desenvolvimento do capitalismo nacional, o partido influenciava vários setores sociais. Durante a presidência de João Goulart,

a ideologia do PCB parecia encontrar uma base real de sustentação política. Os comunistas viam em seu governo um passo importante para a efetiva libertação nacional. O chamado populismo de esquerda e o PCB tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo (RIDENTI, 1993, p. 26).

Neste momento, da mesma forma que o PCB, apoiado por forças políticas nacionalistas de esquerda e populistas, fortalecia seu projeto de representação da classe trabalhadora, as elites vinculadas ao grande capital organizavam-se com vistas a deter o avanço destas forças progressistas. Tal organização deu-se através de "aparelhos privados de hegemonia", que se constituíam em dispositivos voltados para a articulação e consecução de todo um projeto hegemônico de classe. Estes materializavam-se no IPES (Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), apoiados pelo governo norte-americano e por oficiais da ESG (Escola Superior de Guerra).

Iniciou-se assim um longo plano conspiratório que visava desgastar o governo de João Goulart e destituí-lo da Presidência, tal como René Dreifuss trata detalhadamente em sua obra 1964: Golpe de Estado. Segundo o autor,

os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infra-estrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart. Além disso, os oficiais do complexo IPES/IBAD também eram responsáveis pela articulação que integrou os vários grupos conspiradores dentro da campanha geral político-militar da elite orgânica. (...) a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart (DREIFUSS, 1987, p. 361).

Este processo culminou, em 31 de março de 1964, com o Golpe Civil-Militar desencadeado pelo General Olympio Mourão Filho, que destituiu João Goulart da Presidência da República e impôs um regime autoritário, iniciando um processo de

substituição progressiva da institucionalidade democrática herdada da Constituição de 1946 por uma institucionalidade autoritária apoiada no cesarismo militar, que garante a direção política do bloco no poder pelas Forças Armadas; na supremacia do poder executivo sobre os demais poderes, que centraliza e concentra o processo político de tomada de decisões; na Lei de Segurança Nacional e num aparato de repressão e informações ampliado em escala nacional, que militarizam a questão social e o tratamento do conflito político. E numa estrutura sindical estatal radicalizada em seus aspectos repressivos, tutelares e assistencialistas, que garantem o controle sobre o movimento dos trabalhadores (David Maciel, 2011, p. 41).

A formação desta institucionalidade autoritária concretiza-se no plano material, de forma mais evidente, com a promulgação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, durante o governo Castello Branco. Reivindicando a necessidade de “tranquilidade” para empreender seus “propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil” (Ato Institucional nº 2), legitimou-se por meio deste dispositivo um projeto que visava desmobilizar forças políticas opostas ao governo instaurado pelo golpe de 1964. Partidos vigentes foram extintos, civis acusados de crimes contra a Segurança Nacional eram julgados pelo Supremo Tribunal Militar, tendo seus direitos políticos cassados e sua liberdade restringida. Como parte deste processo, o poder executivo sofre um processo de hipertrofia, com possibilidade de decretar estado de sítio, fechar o Congresso, assim como baixar atos

complementares e decretos-lei. Foi instaurada (e reafirmada pelo Ato institucional nº 5 em 1968)

a modernização conservadora da economia, concentradora de riquezas e considerada pelas classes dirigentes como a única saída viável para superar a crise vivida em meados da década de 60. A política econômica adotada tinha como contrapartida necessária a total submissão do trabalho aos ditames do capital, o que implicou a repressão ou o desmantelamento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos combativos e partidos clandestinos (RIDENTI, 1993, p. 30).

Em meio a este contexto político de autoritarismo, o PCB, após sofrer dura repressão, tendo vários de seus quadros perseguidos e processados, adota uma tática de recuo. Vincula-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de "oposição" aceito pelo governo instaurado, para uma ação parlamentar legal, entrando juntamente com este numa batalha pela "redemocratização". Neste ínterim, contudo, surgem diversas divergências no interior do PCB, que resultam em várias dissidências.

2. A CRISE DO PARADIGMA PECEBISTA E O SURGIMENTO DAS ESQUERDAS ARMADAS

Marcelo Ridenti, em sua obra *O fantasma da revolução brasileira*, postula que

Na sociedade brasileira, no princípio da década de 1960, líderes populistas nacionalistas, como Goulart e Brizola, movimentos sindicais, as Ligas Camponesas, o próprio PCB e outras entidades eram, de alguma forma, representantes das massas trabalhadoras. O golpe foi dado quando tal representação ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista, com tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe. Os representantes do "povo no pré-64 não se revelaram capazes de dar um salto na qualidade de sua representação, conduzindo uma resistência ao golpe, que poderia ter alterado a História. Jango e assessores civis e militares, Brizola e nacionalistas, trabalhistas e comunistas, porque não pudessem ou porque não quisessem, não tentaram o salto de representantes das "massas", do "povo", para representantes da classe trabalhadora (RIDENTI, 1993, p. 244).

Deste modo, tais partidos não chegaram a ser representantes da classe trabalhadora, esboçando apenas uma "vontade de representação" (RIDENTI, 1993, p. 247). Este projeto político cultivado pelos comunistas e nacionalistas de esquerda, contudo, foi derrotado pelo Golpe Civil-Militar. Isto ocorreu devido ao fato dos organismos de luta ligados aos diferentes segmentos sociais (UNE, CGT, movimentos subalternos das forças armadas, grupos de 11, etc.) estarem fundamentalmente ligadas à organização institucional do Estado

populista. Com a instituição do Regime Civil-Militar, desmanchou-se a trama representativa na qual tais grupos se assentavam, baseada na institucionalidade democrática de 1946 (RIDENTI, 1993, p. 246). De igual forma, o fracasso da política do Partido em 1964 e, principalmente, a ausência de resistência do PCB ao golpe civil-militar abalaram moralmente grande número de seus militantes e simpatizantes, especialmente os mais jovens. Estes postulavam que “a estrutura arcaica e stalinista [do PCB] não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira nem da novidade dos movimentos sociais dos anos 60, tampouco da transformação revolucionária da ordem estabelecida (...)” (RIDENTI, 1993, p. 120).

Apesar das pequenas divergências entre as concepções políticas e revolucionárias cultivadas pelas diferentes organizações, eram unidos pela recusa à “revolução por via pacífica” postulada pelo Partido Comunista Brasileiro, assim como pela inspiração gerada pelo sucesso da experiência cubana. A institucionalidade autoritária que foi se solidificando após o golpe de 64, que reprimia movimentos sociais contestadores e de ideologia progressista, fazia com que muitos militantes acreditassem que apenas a luta armada seria possível para promover a libertação nacional ou a construção de um Estado Socialista.

Contudo, a esquerda armada era vista como uma alternativa de atuação não apenas pelo rigor imposto pelo cesarismo militarista que vinha se formando. Neste mesmo contexto, diversos teóricos produziram trabalhos que entravam diretamente em choque com as teses pecebistas. Eram desmistificadas as ideias de “revolução por etapas” (constituição do nacional-desenvolvimentismo para chegar ao socialismo) e de aliança entre trabalhadores e burguesia nacional contra os latifundiários aliados ao imperialismo. Dentre estas teses, podemos citar a

“teoria da dependência”, então propalada na América Latina, por exemplo, pelas teses de Gunder Frank, que foi professor universitário no Brasil, tendo publicado na “Revista

Brasiliense” um célebre artigo de contestação à ideologia do PCB intitulado “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo”. As ideias de Caio Prado Jr. contidas em “A revolução brasileira” - livro dedicado a combater as teses pecebistas sobre o caráter agrário, democrático-burguês, antifeudal e antiimperialista da revolução brasileira - também pesaram na crítica exacerbada de vários grupos armados a todos os que discordavam do caráter socialista que a revolução deveria tomar de imediato (RIDENTI, 1993, p. 32-33).

Deste modo, já não se acreditava mais na superação dos problemas econômico-sociais brasileiros dentro do capitalismo, através de uma revolução que visasse, em primeiro

momento, apenas a "libertação nacional". Acreditava-se tampouco na possibilidade de aliança entre operários e camponeses com a burguesia, visto que "o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, de modo que não seria possível falar em uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos de imperialistas e latifundiários" (RIDENTI, 1993, p. 34).

Assim, o fenômeno da adesão de setores da esquerda comunista à luta armada não pode ser considerada apenas no âmbito da resistência contra o autoritarismo promovido pelo cesarismo militar, pois

Muitas das lutas e objetivos da guerrilha não visavam redemocratização nem tampouco eram enquadráveis no aparato institucional. Propunha-se sim a revolução que viesse a suplantiar o atraso econômico resultado pelo capitalismo, através do socialismo, baseados principalmente no exemplo cubano e vietnamita (RIDENTI, 1993, p. 64-65).

Um traço peculiarmente presente nestas organizações armadas era a forte participação dos estudantes nas mesmas. Alguns fatores levaram à adesão deste segmento social a esta alternativa de luta. Dentre estes, podemos destacar a relativa liberdade de ação existente entre 1965 e 1968 para os movimentos sociais, a agitação cultural ocorrida no mundo na década de 60, assim como a crise econômica vigente (RIDENTI, 1993, p. 125). Inicialmente, tais grupos, mesmo tendo seus objetivos direcionados à implantação de focos guerrilheiros na área rural, preocuparam-se em atuar junto ao operariado, sendo esta preocupação voltada "para a 'tarefa estratégica' de preparação da guerrilha rural, e também da urbana" (RIDENTI, 1993, p. 178).

Outra peculiaridade destas "novas esquerdas" é a concepção de que o meio rural seria o núcleo central das atividades guerrilheiras contra o Regime Civil-Militar. A esta diretriz, adotada por todas as organizações armadas (de modo mais ou menos rígido), estão imbricados toda uma série de fatores. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que apesar de tais grupos adotarem uma postura crítica em relações à direção do PCB, a tradição de análise política deste partido ainda tinha um peso forte. Segundo estes, as relações semifeudais existentes no campo, relacionadas à ideia de "atraso", levariam o campesinato a desempenhar uma função central no processo revolucionário. Em segundo lugar,

os exemplos mais vivos de revolução na década de 60 eram os de países onde a luta no campo fora fundamental: casos de Cuba, Vietnã e Argélia, sem contar o paradigma um pouco anterior da Revolução Chinesa. Quando se esfacelou o projeto de revolução pacífica e democrática do PCB em 1964, com a crise geral em que submergiram as esquerdas, era de se esperar que os comunistas dissidentes buscassem modelos vitoriosos em outros países como fontes de inspiração para a revolução brasileira - e esses modelos, em geral, privilegiavam a luta armada pela guerrilha rural (RIDENTI, 1993, p. 238).

Dentre os grupos dissidentes que surgiram da cisão com o PCB, merecem destaque a Aliança Libertadora Nacional (ALN), fundada por Carlos Marighella; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado por Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista; e a Dissidência Comunista de Niterói, que posteriormente, deu origem ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), fundada, entre outros, por Aluizio Palmar, Humberto Trigueiro Lima, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Milton Gaia Leite e Nielse Fernandes.

3. AS ESQUERDAS ARMADAS ENQUANTO REPRESENTANTES DA CLASSE TRABALHADORA E O CONCEITO DE "PARTIDO" EM GRAMSCI

Os diferentes grupos de esquerda armada, principalmente os surgidos após o Golpe de 64, propunham ser "o elo de representação armada das classes exploradas contra seu outro, corporificado na ditadura militar" (RIDENTI, 1993, p. 247). Assim, estas organizações militares comunistas, paralelamente à preparação para a insurreição armada, buscaram envolvimento com os principais movimentos sociais existentes entre 1965 e 1968 (RIDENTI, 1993, p. 247). Fizeram-no buscando exercer uma nova forma de representatividade entre a classe trabalhadora urbana e tentando prepará-la para dar suporte ao projeto de guerrilha rural, tendo em vista que, naquela conjuntura, os esboços de representação de classe pré-64 eram por estes considerados insuficientes para compreender o movimento da sociedade brasileira. Sendo assim, as ações e o projeto político das esquerdas comunistas devem ser visualizados dentro da dinâmica da luta de classes existente naquele período, bem como na análise que tais grupos faziam deste processo.

Levando-se em consideração este projeto político compartilhado por estas "novas esquerdas" de serem o elo de representação armada das classes populares contra o Regime Civil-Militar, assim como o envolvimento destes grupos com os diferentes movimentos sociais existentes entre 1965 e 1968, podemos pensar este processo a partir da concepção desenvolvida pelo intelectual italiano Antonio Gramsci sobre "partido". Este teórico, no terceiro volume de seus Cadernos do Cárcere, mais especificamente nas "Breves notas sobre a

política de Maquiavel”, dialogando com o renascentista florentino, postula que o partido político (também chamado por este de “moderno príncipe”) é o organizador da vontade coletiva nacional-popular.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não poder ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2002, p.16).

Este partido, forma de representação de classe surgida no momento em que esta já é provida autoconsciência e homogeneidade, tem o papel de elaborar todo um projeto de reforma intelectual e moral, também chamado de “hegemonia”, desenvolvimento de uma nova racionalidade e de uma nova civiltà (civilidade). Durante este processo de construção de uma nova visão de mundo, nova e total, deve também haver empenho em desconstruir a visão de mundo partilhada pela classe dominante, cristalizada e propagada através do “senso comum”.

Contudo, para que isto seja possível, faz-se necessário que se conheça a estrutura (condições objetivas), para que se verifique a existência de condições materiais para realização deste processo de organização de uma vontade coletiva nacional-popular, assim como a construção de uma nova civilidade. Do mesmo modo, as classes devem ser compreendidas como produtoras e produtos desta estrutura, e não como apenas seus efeitos, e o partido político juntamente com o movimento da luta de classes, e não externo à ela.

4. O MR-8 (DI-RJ) ENQUANTO ALTERNATIVA À CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

O MR-8, objeto desta pesquisa, constitui uma das dissidências pioneiras neste processo de adesão à luta armada e a primeira a aderir abertamente ao foquismo cubano. Apesar de ter sido curta sua existência, teve grande importância nesta nova estratégia de atuação política. Neste artigo, concentrarei minhas atenções justamente à formação do projeto político deste grupo. Através das memórias de Aluizio Palmar, membro fundador desta organização, contidas na obra de sua autoria Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?,

podemos perceber de modo mais concreto a complexidade deste momento histórico. Segundo o autor,

desde o golpe estávamos envolvidos no debate sobre a linha política a ser seguida. A luta interna [ao PCB] era intensa e os setores universitário e secundarista romperam de cara com a posição nacional desenvolvimentista defendida pela direção. Juntamente com alguns quadros operários navais, começamos a caminhar em direção a opção pela etapa socialista da revolução brasileira e a luta armada (PALMAR, 2006, p. 267).

Estas divergências internas ao PCB foram se acirrando no decorrer dos dias, gerando dissidências. Como forma de fundamentar estas diretrizes que estavam aos poucos se consolidando, estes quadros divergentes embasavam-se na obra *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior. Esta, criticando o pensamento vigente no "Partidão", negava a existência de uma burguesia antiimperialista no Brasil, que se aliaria ao operariado e ao campesinato numa conjuntura revolucionária. Negando tal potencial, conseqüentemente negava-se também a possibilidade de instaurar um governo em parceria com frações da burguesia como forma de transição ao socialismo.

Além desta obra, também os inspirava a revolução recentemente ocorrida em Cuba. O sucesso desta, aliado ao descrédito de vários militantes comunistas ao projeto até então hegemônico de "revolução por via pacífica" frente a um governo cada vez mais repressivo, fez com que vários quadros aderissem à teoria guevarista do "foco guerrilheiro". Tal estratégia, estranha ao PCB e seu postulado de "guerra popular", foi aos poucos tornando-se uma alternativa para alcançar o socialismo. Segundo narra Aluizio Palmar,

Nós conhecíamos a teoria do foco através dos escritos de Che Guevara, mas foi a fotocópia de um livrinho mimeografado que o Umberto Trigueiros Lima conseguiu com o pessoal da Polop e me entregou certo dia no Jardim São João, em Niterói, que suscitou nosso entusiasmo para "subir a serra". O livrinho era *Revolução na Revolução*, do teórico francês Régis Debray (PALMAR, 2006, p. 268).

Esta obra serviu de grande inspiração às ações posteriores do MR-8 (DI-RJ), tanto ideológica quanto estrategicamente, visto que resumia e sistematizava a teoria do foco guerrilheiro de Che Guevara, sendo visualizada pelos dissidentes da seguinte maneira:

o foco se iniciava com um punhado de homens que se punha a atuar entre camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa e ataques relâmpagos às forças do

Exército. Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocariam da região inicial, levando a luta armada a outras regiões. Outra novidade foi a idéia (sic) da primazia do fator militar sobre o fator político e da prioridade do foco sobre o partido (PALMAR, 268-269, p. 180).

O projeto político constituído por este grupo paramilitar em contraposição às concepções da direção do tradicional PCB, assim como suas justificativas, pode ser melhor visualizado a partir dos novos documentos que, com a paulatina abertura dos arquivos da ditadura, estão sendo revelados a nós. Aluizio Palmar, enquanto membro da Comissão de Mortos e Desaparecidos, vasculhando documentos apreendidos ou emitidos pelo extinto DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) paranaense e pela Polícia Federal em Foz do Iguaçu, teve acesso a diversos documentos que em muito podem contribuir numa futura reconstrução desta parte da história de nosso país. Em seu website "Documentos Revelados", pode-se ter acesso à fontes esclarecedoras quanto ao MR-8 (DI-RJ) e sua concepção político-ideológica.

Em um documento encontrado, apesar da falta de especificidade em relação à sua data de emissão, aparecem de modo bem nítido algumas diretrizes que norteariam as ações do antigo MR-8. Estes guerrilheiros, justificando suas concepções, desenvolvem a ideia segundo a qual o capitalismo, aperfeiçoando seus métodos de repressão ao longo do tempo, traz grandes dificuldades às organizações revolucionárias. Estas, tendo que adaptar-se a realidade imposta, trazem consigo a mudança na atuação das vanguardas ao longo do tempo. (Documento do MR-8).

Dando prosseguimento, justificando a atuação armada e a necessidade de instauração de um governo socialista, postula-se que

O Capitalismo entrou em sua última fase. O Imperialismo integrou as burguesias num só sistema. Esta organização em escala mundial do Capitalismo, trouxe para as vanguardas que estão se formando neste processo, a opção socialista. Isto porque não é mais possível dentro

dêstes (sic) países que fazem parte integrante do Imperialismo, levantar a bandeira da luta de massas (idem).

Apontando assim o socialismo como única alternativa à dominação imperialista e enfocando a importância das vanguardas durante este momento de dificuldade para as organizações revolucionárias, defende-se que "só uma organização que pode impor sua vontade poderá de fato transformar a realidade. A burguesia armada militarmente para manter seu status quo que (sic), não entregará o Poder a não ser pela força das armas." Partindo por este princípio, chega-se à conclusão que a única forma de atuação nesta conjuntura "terá que ser militar" (idem).

Uma vez que se defende a necessidade da ação militarizada, o antigo Partido Comunista dá lugar a um "exército revolucionário", caracterizado como um "instrumento formado pela ação transformadora do Foco" e "pelo desenvolvimento de leis Político-militares da Guerra Revolucionária". Tais leis, segundo os guerrilheiros, seriam "a coexistência de estados (sic) Burguês e Proletário, num mesmo tempo e espaço histórico", assim como "a luta pelo controle total", que "devido a interdependência do processo brasileiro com a Revolução Mundial, será desenvolvida por ela vista como um todo, e não em seus aspectos particulares, está em relação direta com a correlação de forças." 16 (idem)

Através desta guerra encabeçada pelo exército revolucionário, seria possível consolidar

a Ditadura do Proletariado sobre (sic) a burguesia. Êste (sic) é o método de contrôle (sic) do Poder, é o método da Guerra de Classes, e do combate político e militar pela extinção do Estado burguês e suas instituições, pela sua substituição pelo Estado Proletário, que se efetuará no processo da própria Guerra, a transformação na infra e na supra-estrutura, ou seja a Organização do Estado Socialista é um desdobramento da Guerra. (Documento do MR-8 2)

Contudo, para que obtivesse sucesso, a organização armada deveria estar atenta a toda uma série de fatores, chamadas por estes de "leis de método político-militar". Destas, a lei fundamental seria "o ascenso e o descenso da luta de massas, suas organizações partidárias e a correlação de forças políticas das diversas camadas sociais" (idem).

Sabendo-se que "a guerra é a luta de classes do seu mais alto nível" e que "a aplicação correta de suas leis" dinamizariam o "salto de qualidade no processo", foram estipuladas uma série de preocupações. "O conhecimento do inimigo, das suas deficiências, o levantamento da qualidade de suas tropas, seu número em homens", seriam fatores importantes a ser estudados enquanto leis objetivas e concretas. Outra questão a cuidar seria a retaguarda, visto que a

“retaguarda dos exércitos é aquele (sic) lugar onde êle (sic) se refaz e recompõe suas tropas. O exército que não faz uma guerra que esteja dentro das perspectivas de seu povo, está condenada (sic) ao fracasso, pois sua retaguarda é vital para a sua vitória” (idem).

Como forma de legitimar suas ações e defender a necessidade de formação de um exército revolucionário dentro desta conjuntura de autoritarismo, pensa-se também na existência de um “exército da burguesia”, contra o qual haveriam de lutar. Porém, vislumbram uma forte vantagem sobre este, pois “o exército da burguesia que temos que enfrentar, procura ganhar simpatia da população e jogá-la contra a guerrilha, à Revolução. Mas entretanto, êle (sic) não tem condições de enfrentar uma guerra prolongada, de (sic) uma guerra de classes” (idem).

A vantagem dos guerrilheiros sobre a burguesia durante uma guerra, na concepção destes, se daria pelo fato do exército burguês ser “parte da estrutura do Poder Burguês. Êle (sic) é a expressão da sociedade de classes. É o defensor do Imperialismo, por isso está derrotado historicamente (sic), pela sua própria essência de classes” (idem).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber no decorrer deste artigo, o Golpe Civil-Militar de 1964, ao mesmo tempo que minou os esboços de representação de classe atrelados ao governo Jango (UNE, PTB, CGT, PCB, etc), favoreceu o surgimento de novas esquerdas. Estas, rompendo com paradigmas cristalizados em quase meio século de hegemonia pecebista, desenvolveram novas possibilidades de representação de classe e luta contra o imperialismo. Fizeram-no num momento em que desacreditava-se da “revolução pela via pacífica” e de qualquer aliança entre proletários, camponeses e uma suposta “burguesia progressista”.

Vimos também que estes grupos que nasceram destes rachas no interior do PCB não o fizeram por simples atos de “resistência” contra o Regime cesarista instaurado. Longe disto, estas organizações, inspiradas pela revolução cubana e por recentes obras acadêmicas (como as de Gunder Frank e Caio Prado Jr.), acreditavam no socialismo enquanto a única saída para o atraso econômico pelo qual passava o país. Desacreditando da possibilidade de superar a dependência externa ainda dentro do capitalismo, fortalecia-se a ideia da instauração de um Estado socialista enquanto forma de dar o salto qualitativo que a sociedade necessitava desde

a década de 1950. Com isso, rechaça-se também o postulado de nacional-desenvolvimentismo defendido pelo PCB e pelos nacionalistas de esquerda.

O MR-8 (DI-RJ), neste processo, consolidou-se como a primeira organização armada a aderir ao foquismo cubano, inspirados pela revolução recentemente bem sucedida no país caribenho. Deste modo, desprezaram a estrutura burocrático-partidária até então vigente na esquerda brasileira, conscientes de que a única forma de luta que poderia sair vitoriosa naquela conjuntura seria a militar. Assim, ao mesmo tempo que tal grupo preocupava em angariar apoio popular ao seu projeto político, preparavam-se com armas e treinamento à guerra que, na concepção deles, estaria por vir. Acreditavam que seus planos estavam em consonância com a vontade do povo e que, deste modo, eles teriam uma significativa vantagem sobre o "exército da burguesia". Pretenderam, deste modo, enquanto elo armado de representação popular, colocar-se como "vanguarda" neste processo de Guerra de Classes, sendo os operários e camponeses (principalmente estes últimos) suas retaguardas.

Tais projetos, contudo, haveriam de ser radicalmente frustrados em pouco tempo. O Ato Institucional nº 5, decretado em finais de 1968, solidificou por completo a estrutura cesarista que compunha a Ditadura Civil-Militar brasileira, dificultando a aproximação entre estes grupos guerrilheiros e os movimentos sociais existentes. Com isso, tais grupos foram paulatinamente se isolando da dinâmica social então existente, sendo suas ações limitadas a meras atos voluntaristas exercidos por alguns poucos quadros que, apesar das dificuldades, insistiam em continuar lutando contra o cesarismo burguês-imperialista vigente.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. 21ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.
<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm> Acesso em 25/09/2012, às 23:58.

Documento do MR-8. Documentos Revelados.
<<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/03/doc-mr8.jpg>>
Acesso em 25/09/2012, às 23:48

Documento do MR-8 2. Documentos Revelados.
<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/03/doc-mr8.jpg2_.jpg>
Acesso em 25/09/2012, às 23:55

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado/Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: Cadernos do Cárcere, volume 3. Edição e tradução de Calor Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACIEL, Davi. As Categorias de Gramsci e a transição política no Brasil (1974-1989). Artigo. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; CASTELANO, Maria José; KOLING, Paulo José. Estado e Poder: Ditadura e Democracia. Cascavel: Edunioeste, 2011

MÜLLER, Adelmo. Fronteira das emboscadas. Foz do Iguaçu, 1998.

PALMAR, Aluizio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.